



EMEF. DEZENOVE DE ABRIL.

ATIVIDADE REFERENTE SEMANA 37 - 17/11/2025 A 19 /11/2025.

COMPONENTE CURRICULAR: História

TURMA: 71

PROFESSOR (a) Marcos Antônio

OBSERVAÇÕES: O planejamento da aula poderá sofrer alterações conforme a necessidade do professor (a).

ORIENTAÇÕES: Responder as questões abaixo

A Política no Brasil Colonial

A política no Brasil Colonial (1500–1822) foi marcada pelo controle direto de Portugal e pela organização administrativa criada para explorar economicamente o território. Nos primeiros anos após o descobrimento, a Coroa portuguesa mostrou pouco interesse efetivo em povoar a nova terra, concentrando-se na extração do pau-brasil e em expedições de reconhecimento. No entanto, a ameaça de invasões estrangeiras levou Portugal a estruturar um sistema administrativo mais eficiente.

O primeiro grande modelo político foi o **sistema de Capitanias Hereditárias** (1534). O território foi dividido em grandes lotes de terra concedidos a donatários, nobres que recebiam a responsabilidade de colonizar, defender e administrar sua capitania. Esse sistema, embora inovador, enfrentou muitas dificuldades: falta de recursos, comunicação lenta com Portugal, ataques indígenas e desinteresse de alguns donatários. Apenas poucas capitaniias prosperaram, como Pernambuco e São Vicente.

Para melhorar o controle, Portugal criou o **Governo-Geral** (1549), centralizando a administração na figura do governador-geral. Esse governo passou a cuidar da defesa, da justiça e da organização econômica da colônia. Ao longo do período colonial, outros cargos importantes foram criados, como ouvidores, capitães-mores e câmaras municipais, estas últimas compostas por homens “bons”, isto é, grandes proprietários de terras e escravistas que representavam a elite local.

A política colonial também foi marcada pela forte presença da **Igreja Católica**, que acompanhou o processo de colonização. Através do padroado, Portugal controlava a organização religiosa no território, usando a Igreja para reforçar a educação, a catequese indígena e a legitimidade do poder real.

No século XVII e XVIII, com o crescimento econômico gerado pela cana-de-açúcar e, mais tarde, pela mineração, a administração portuguesa tornou-se mais rígida. A criação das **Intendências das Minas**, os sistemas de cobrança de impostos como o quinto e a derrama, e as ações repressivas contra movimentos de contestação (como a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana) demonstram o caráter autoritário do governo colonial.

Assim, a política no Brasil Colonial foi centralizada, autoritária e voltada para os interesses econômicos da metrópole. O poder local esteve sempre nas mãos de uma elite agrária, enquanto as camadas populares, indígenas, negros escravizados e mestiços ficavam excluídos do processo decisório.

Responda a atividade:

- 1. O que foram as Capitanias Hereditárias?**
- 2. Por que o sistema de Capitanias Hereditárias fracassou em grande parte?**
- 3. O que foi o Governo-Geral?**
- 4. Quem eram os “homens bons” nas câmaras municipais?**
- 5. Qual foi o papel da Igreja Católica no Brasil Colonial?**
- 6. Como a mineração influenciou a política colonial?**
- 7. O que foi a derrama?**
- 8. Por que movimentos como a Inconfidência Mineira surgiram?**
- 9. Qual grupo social dominava a política local na colônia?**
- 10. Como pode ser caracterizada a política no Brasil Colonial?**